

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA – CEP DO ANO DE 2013.

Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, no Auditório da Amapá Previdência – AMPR EV, situado a Rua Binga Uchôa, número dez, Centro, Macapá-AP, às dezesseis horas e quarenta e um minutos, teve início a sexta reunião ordinária do Conselho Estadual de Previdência, na direção do Presidente, senhor **CARLOS ROBERTO DOS ANJOS OLIVEIRA**, que cumprimentou os Conselheiros Titulares e Suplentes e demais presentes. Em seguida, apresentou o **ITEM 01 da PAUTA - LEITURA DO EDITAL** número, zero, um, oito, de dois mil e treze, o qual convoca os membros do Conselho Estadual de Previdência, Diretoria Executiva, Gerente Administrativo e Financeiro e Procuradoria Jurídica da AMPREV; para fazerem-se presentes nessa sessão. **ITEM 02 – VERIFICAÇÃO DO QUORUM**, chamando nominalmente os membros Titulares e Suplentes do Conselho Estadual de Previdência na seguinte ordem: **FERNANDO CEZAR PEREIRA DA SILVA**, presente, **DELCIO FERREIRA MAGALHÃES**, ausente representado por sua Suplente **IVONE REGINA MUSSI TOSTES**, presente, **JULIANO DEL CASTILLO SILVA**, ausente, representado por seu Suplente **LUIZ AFONSO MIRA PICANÇO**, presente, **JUCINETE CARVALHO DE ALENCAR**, ausente representada por seu Suplente **RAUL SOARES PEREIRA DE SOUZA**, presente, **PAULO CÉSAR DO VALE MADEIRA**, presente, **JORGE EVALDO EDINHO DUARTE PINHEIRO**, presente, **PAULO DE SANTANA VAZ**, presente, **FERNANDO CEZAR PEREIRA DA SILVA**, presente, **CLAUDIONOR MEDEIROS DE ANDRADE**, presente, **EDSON FRANÇA**, presente, **HELIELSON DO AMARAL MACHADO**, presente, **HEMERSON DE SOUZA DIAS**, presente, **LADILSON COSTA MOITA**, ausente, **GILMAR SANTA ROSA BARBOSA**, presente, **CARLA FERREIRA CHAGAS**, presente, **LUIZ CARLOS DA COSTA PESSOA**, presente. **PAUTA – ITEM 03 - LEITURA DAS JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIAS**, Ladilson Costa Moita, Jucinete Carvalho de Alencar. A Conselheira Carla pediu a palavra para informar que na verificação de quórum foi chamado à conselheira Rejane como titular, mas na verdade ela é suplente sendo titular o conselheiro Paulo de Santana Vaz. **PAUTA – ITEM 04 - Apreciação e aprovação da ata da 3ª Reunião Ordinária do CEP/2013**; o Presidente perguntou aos conselheiros se haviam feito à análise da ata. A conselheira Carla falou que fez a leitura e já observou às correções que foram repassadas a secretária, e lembrou que a ata da 2ª reunião ainda não foi aprovada por ter sido retirada de pauta para correção e tem esta pendência. O conselheiro Fernando solicitou que seja trazida a reunião a ata da reunião anterior. O Presidente colocou para votação onde restou **DELIBERADO como**

aprovada por unanimidade de votos a ata da 3ª Reunião ordinária do CEP-2013. PAUTA – ITEM 05 - Apreciação e aprovação da ata da 4ª Reunião Ordinária do CEP/2013; este item foi retirado de pauta devido á um erro de encaminhamento das informações contidas nesta ata aos conselheiros. PAUTA – ITEM 06 - Apreciação e aprovação da ata da 5ª Reunião Ordinária do CEP/2013; O Presidente colocou para votação onde restou DELIBERADO como aprovada por unanimidade de votos a ata da 5ª Reunião ordinária do CEP-2013. PAUTA – ITEM 07 - Minuta do Projeto de Lei do Regime Próprio de Previdência dos Militares; O Presidente informou que este item foi colocado em pauta devido haver sido feita uma comissão para realização da minuta do projeto de implantação do Regime Próprio dos Militares, e dando conhecimento ao Conselho, todos receberam a minuta via CD-R, bem como enviado por email. O Conselheiro Claudionor sugeriu que antes de ser enviado a conhecimento do CEP é importante que seja passado primeiramente pela Procuradoria Jurídica da AMPREV para depois de eventuais alterações haja a análise do CEP. O conselheiro Fernando sugeriu que a própria comissão faça um relato e histórico para o conhecimento do CEP para facilitar a discussão. O Presidente passou a palavra ao Procurador Jurídico da AMPREV, Dr. Eduardo para fazer algumas considerações sobre a comissão. O Procurador Eduardo informou que o relatório feito pela Comissão ainda não foi aprovado por falta de assinaturas dos membros, informou também que no quesito de estruturação legal e construção legal esta plena, visto que na Comissão havia participação de membros da Procuradoria Jurídica e o envio da informação ao conselho hoje é para dar a notícia e conhecimento sobre a finalização do relatório pela comissão, que futuramente terá a escolha de um relator. O Presidente passou a palavra ao conselheiro Helielson, que comentou sobre a viagem realizada a outras Instituições Previdenciárias que possuem o regime dos militares. O conselheiro Edinho Duarte pediu a palavra para dizer que a minuta foi encaminhada por e-mail e ele não teve acesso, e mesmo com o cd recebido não se tem em mãos como utiliza-lo, como está em pauta é somente uma apresentação e posteriormente os conselheiros se manifestarão, e lembrando a fala do conselheiro Claudionor é preciso que a minuta passe pela Procuradoria para verificação da constitucionalidade, pois ela irá para a Assembleia e para não correr o risco de retornar por eventual erro. O Presidente informou que a minuta foi recebida ontem e por isso foi enviado por email. O Procurador Eduardo informou que a minuta foi entregue somente para efeito de apresentação e conforme decidido em conjunto pela comissão, a minuta passará por revisão técnica não de conteúdo e sim em relação a estrutura.

O conselheiro Claudionor questionou aos membros da comissão presentes qual a importância de se separar os regimes? Não seria o caso de alteração e adequação na estrutura da AMPREV para continuar atendendo os militares? O Procurador Eduardo respondeu a essas perguntas com demonstração e comparação do futuro RPPM dos militares do Amapá com outras instituições, falou também sobre os riscos e benefícios que serão advindos da criação. O Conselheiro Claudionor perguntou qual é a massa atual dos militares. O Conselheiro Helielson respondeu que são em torno de quatro mil militares. O conselheiro Claudionor falou que tem que se pensar até que ponto é interessante segregar porque irá aumentar o valor da contribuição para os militares, e automaticamente se reduz valor de salário, e tem que ser feito o cálculo atuarial para avaliar até que ponto é benéfico para a categoria. O conselheiro Helielson informou que os dados da AMPREV e dados do Governo do Estado estão desatualizados para se fazer o cálculo, e informou que todo ano é feito o cálculo tanto para o civil como para o militar, então será que esse cálculo está refletindo a realidade, indagou. O Conselheiro Raul falou que não vê de que forma não segregar, pois o militar contribui e se aposenta mais cedo, assim como o professor, e não vê justiça em um professor que contribui com 25 anos de serviços e se aposenta no mesmo fundo daquele que contribui 30 anos. O Conselheiro Gilmar pediu a palavra para solicitar que seja dada continuidade a pauta visto que a minuta dos militares não será deliberada neste momento. O Conselheiro Luiz Afonso pediu a palavra para falar da importância da implantação do SIPREV para a atualização e acesso aos dados dos servidores. O Presidente informou que já está sendo feita a implantação do sistema em todos os regimes do Estado, e continuou dizendo que a matéria dos militares foi trazida a reunião para a escolha de relator para avaliar e posteriormente trazer a discussão para os demais conselheiros. A Conselheira Carla pediu a palavra para dizer que fez uma breve análise da minuta e detectou que não esta prevista de que forma se dará essa segregação, e em sua opinião irá ser discutida uma minuta que criará um regime militar sem saber como se dará a segregação, sem um estudo para se saber se é benéfico para os militares segregar, são quatro mil pessoas, na sua opinião é muito complicado manter um fundo de investimento com esse quantitativo de pessoas. Continuou dizendo que as regras da concessão de benefícios, o tempo de contribuição é diferente do civil, mas porque será tratado diferente, e disse que não achou clara a redação da minuta e outro ponto discordou da minuta; enfatizou que antes de ser repassado a um conselheiro é interessante ser retirado pelo menos três pessoas para avaliar e trazer ao conselho os pontos relevantes para ser discutido; e voltou a dizer que a sua

preocupação é a forme que se dará esta segregação. O Procurador falou que sempre também o preocupa desde o início da criação da comissão como será feita a segregação e a ideia de fundo previdenciário, e por mais que se faça uma análise profunda ou que se altere o texto, mas não será o conselho ou a comissão que definirá o texto de lei que será aprovado, o debate e a discussão é competência do Conselho e tem que ter o conhecimento do assunto, a própria criação da Comissão obriga o encaminhamento do texto para apreciação do Conselho, então por mais que se discuta aqui não vai depender do conselho a aprovação, mas acha necessário e fundamental a discussão e atuação do conselho dentro da lei. O Presidente falou que a matéria foi trazida por ser competência do conselho e para a escolha de relator ou conforme a sugestão da conselheira Carla a indicação de três relatores. O Conselheiro Paulo Madeira discordou da indicação de três relatores, sugerindo que um relator seja escolhido e tenha o apoio da Assessoria da Procuradoria Jurídica da AMPREV. O Conselheiro Gilmar falou que o importante antes da escolha do relator seria a avaliação do relatório feito pela comissão e pontuou três pontos polêmicos na minuta, o primeiro é sobre a criação de cargos, o segundo é a junta médica pericial militar e o terceiro é o abono de permanência, pois se o militar tem que trabalhar até 25 anos ele ficará recebendo o abono de permanência. O Conselheiro Hemerson pediu a palavra para informar que a lei aprovada em 2010 contempla muitas coisas que na prática não são feitas, e disse que no Estatuto amparado pela Constituição tem essa prerrogativa do militar se aposentar com 25 anos de serviço, mas não é obrigatório a aposentação nesse período, o militar pode continuar trabalhando, então para se discutir essa lei não se pode olhar só para ela, anterior a esta lei há a lei das forças armadas, a nossa Constituição Federal tem que se observar todos os esses pontos antes de se falar. O Conselheiro Paulo Madeira perguntou se a comissão fez um relatório formal da viagem feita a outras instituições e a providência dos principais pontos, porque facilitará o entendimento. O Presidente informou que no relatório da comissão estará a prática realizada na viagem. O Conselheiro Luiz Afonso disse que não se pode comparar alguns Estados com o Amapá, pois as realidades são diversas. O Presidente falou que em vista da competência deste conselho houve a preocupação de trazer este ponto para pauta, e dependendo de lei específica deste necessário a escolha de relator deste conselho, e abriu votação para a escolha de apenas um relator ou de três relatores. Após a votação restou **DELIBERADO por onze votos que será escolhido apenas um conselheiro para relatoria do Regime Próprio de Previdência dos Militares.** Após o Presidente colocou em votação a escolha do relator que por

DELIBERAÇÃO foi escolhido o Conselheiro Paulo Madeira,
 e consigna-se que o relatório da Comissão de Criação do RPPM será avaliado na próxima reunião ordinária do CEP, que será realizada conforme o calendário de reuniões
PAUTA – ITEM 08 - Indicação e Homologação da servidora da Amapá Previdência, Sra. Maria Oricélia de S. N. Matias para compor o Comitê de Investimentos da Amapá Previdência - CIAP; O Presidente fez a apresentação da servidora da Amapá Previdência e pediu para a servidora se apresentasse. A servidora Maria Oricélia, membro do Comitê de Investimentos da Amapá Previdência pela indicação da Diretoria Executiva da AMPREV em substituição a primeira indicada a servidora Aline Trajano, possui formação técnica na área contábil e graduação em Gestão de Negócios, possui certificação do CGRPPS, é funcionária do Estado desde 1994, trabalha atualmente como Chefe da Arrecadação (interina), já trabalhou na contabilidade e tesouraria da AMPREV, após a apresentação o Presidente colocou para homologação da indicação onde restou DELIBERADO homologada por unanimidade de votos a indicação da servidora Maria Oricélia Matias para compor o Comitê de Investimentos da AMPREV. **PAUTA – ITEM 09 - Homologação da solicitação de duas secretárias para atender o Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos da AMPREV;** O Presidente informou que esta situação surgiu em vista de que hoje há uma secretária indicada para o Conselho Estadual de Previdência, que secretaria também o Comitê de Investimentos e Conselho Fiscal de Previdência, e os trabalhos acabam se acumulando em vista da grande demanda para uma só secretária. O Conselheiro Paulo Madeira falou que os atrasos na entrega de documentos que precisam ser analisados com antecedência dificultam o trabalho. A Conselheira Carla pediu a palavra para reforçar a fala do Presidente, dizendo que participando do Comitê ela vê que é muito trabalho para uma pessoa só, inclusive a pessoa não pode se dar o direito nem de adoecer por tantas reuniões a fazer, e há realmente essa necessidade de haver mais secretárias. O Presidente informou que esta matéria já foi tratada em anos anteriores aqui no conselho, porém nada foi deliberado, e pede a autorização para a criação de mais duas secretarias para atender o Comitê e Conselho Fiscal, e ressalta que os regimentos e regulamento deverão ser alterados para prever a secretaria própria. O Conselheiro Fernando Cezar falou que no regimento interno do CEP em seu art. 20 prevê a remuneração para a secretária do CEP, e o que o presidente gostaria de fazer é estender isso aos demais conselhos. O Presidente colocou para votação a criação de mais duas secretarias onde restou DELIBERADO como aprovada a criação de uma secretaria própria para o Comitê de Investimentos da AMPREV – CIAP e uma

secretaria própria para o Conselho Fiscal de Previdência – COFISPREV, por unanimidade de votos. PAUTA – ITEM 11

– Comunicação da Presidência; O Presidente falou da solicitação feita pelo Conselheiro Edson França em relação a melhorias no prédio da Diretoria de Benefícios da AMPREV - DIBEF, onde em visita detectou várias falhas de funcionamento e relatou em documento protocolado junto à secretaria do CEP, que foi entregue a todos os conselheiros. O Conselheiro Edson França relatou o que viu na visita que realizou a DIBEF, falta de copos plásticos, papel higiênico, refrigeração, salas com falta de iluminação adequada e outras situações relatadas no documento. O Conselheiro Fernando Cezar pediu a palavra para complementar o comentário do Conselheiro Edson, dizendo que está coordenando os trabalhos da Comissão de Levantamento de Dívidas e foi realizada diligência na DIBEF, e os fatos narrados pelo conselheiro são literalmente verdadeiros, encontram inclusive em uma sala duas servidoras trabalhando com apenas uma lâmpada funcionando, outra sala a refrigeração da sala não é boa os servidores levam seus próprios ventiladores, há salas que foram aproveitadas onde funcionavam antigos banheiros, a Comissão está preparando um relatório que tratará da situação, e em conversa com o Conselheiro Marlúcio foi sabido que o COFISPREV também fez diligência lá, e sugeriu que se possível o CEP faça uma visita também. O presidente informou que essas situações já estão sendo providenciadas, informou que as licitações para melhoria estão sendo realizadas, e inclusive já esta sendo feita a reestrutura da DIBEF, a AMPREV contratou por conta própria um arquiteto para fazer o projeto da reforma do prédio da DIBEF, porém em conversa informal com auditores do TCE/AP foi informado que a AMPREV não poderia contratar arquiteto terceirizado para realizar o projeto e sim solicitar junto a SEINF um arquiteto para fazer o projeto. Após discussões sobre a autonomia da AMPREV na contratação de profissional para elaboração do projeto de reforma, será feita análise para verificação de que forma se dará a contratação. O Presidente pediu ao Gerente Financeiro que informasse as demandas licitatórias. O Gerente Administrativo Isan Oliveira informou que a estrutura onde funciona a foi feita para atender um hospital, então não tem suporte para funcionamento administrativo, e logo que o Carlos assumiu a presidência foi providenciada essa reestruturação onde se for necessário derrubar paredes e levantar novamente será feito. Em relação a refrigeração informou que a Diretoria de benefício solicitou a aquisição e duas centrais de ar, que foram compradas, porém depois de compradas foram destinadas para outros fins dentro da Instituição, e ressaltou que sem eximir a culpa alguma já está sendo revista essa situação. Continuou informando que alguns procedimentos licitatórios tiveram que ser revistos e por isso

houve os atrasos na aquisição de materiais e equipamentos, por isto a Diretoria de Benefício estava passando por esta situação que o conselheiro Edson colocou, mas já foram sanadas. Falou do compromisso firmado entre a gerencia financeira e a diretoria da AMPREV para a reestruturação do prédio da DIBEF e se dispôs a qualquer tempo para esclarecer qualquer dúvida. O Presidente falou que outra situação do prédio da DIBEF são dois alugueis cedidos para o Governo que não vem sendo pago. O Presidente falou ainda que não se exime de culpa pelo o que vem ocorrendo no prédio da DIBEF, e pediu que os conselheiros pudessem ir lá conhecer o funcionamento da diretoria. **PAUTA – ITEM 12 – Comunicação dos Conselheiros;** O Conselheiro Gilmar pediu para fazer o registro da sua participação no Curso de CPA-10, e gostaria de saber quando será realizada a prova. O Presidente informou que ainda não foram realizados os simulados, mas já esta sendo visto essa situação, e informou que será encaminhada aos conselheiros que não fizeram o curso presencial a senha para o curso online. O Conselheiro Fernando Cezar levantou a questão do tempo de tolerância para o início da reunião e verificação do quórum e pediu que fosse conseguindo em ata a decisão entre os conselheiros decidida antes do início da reunião de hoje. **Deliberação de 30 minutos de tolerância para a instauração do quórum para a abertura de reunião do Conselho Estadual de Previdência.**

PAUTA – ITEM 13 - O que ocorrer; Não houve. Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença e a participação de todos, e encerrou a reunião às 18h: 21min, da qual eu, Gleyssiane Maria Santana dos Reis, Secretária, lavrei a presente ata, que será assinada pelos Conselheiros presentes e por mim própria. Macapá-AP, 07 de agosto de 2013.

Carlos Roberto dos Anjos Oliveira:
Presidente do Conselho.

Fernando Cezar Pereira da Silva:
Vice-Presidente do Conselho e Membro Titular,
representante do Ministério Público.

Ivone Regina Mussi Tostes:
Membro Suplente, representante do Poder Executivo.

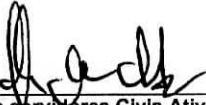
Luiz Afonso Mira Picanço:
Membro Suplente, representante do Poder Executivo.

Raul Soares Pereira de Souza:
Membro Suplente, representante do Poder Executivo.


Paulo César do Vale Madeira:
Membro Titular, representante do Tribunal de Justiça.

Jorge Evaldo Edinho Duarte Pinheiro:
Membro Titular, representante da Assembleia Legislativa.

Paulo de Santana Vaz:
Membro Titular, representante do Tribunal de Contas.

Claudionor Medeiros de Andrade: 
Membro Titular, representante dos servidores Cíveis Ativos.

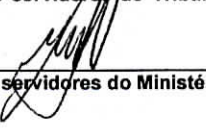
Edson França: 
Membro Titular, representante dos servidores Cíveis Inativos.

Helielson do Amaral Machado: 
Membro Titular, representante dos Militares Ativos.

Hemerson de Souza Dias: 
Membro Titular, representante dos Militares Inativos.

Gilmar Santa Rosa Barbosa: _____
**Membro Titular, representante dos servidores da
Assembléia Legislativa.**

Carla Ferreira Chagas: 
**Membro Titular, representante dos servidores do Tribunal
de Contas.**

Luiz Carlos da Costa Pessoa: 
**Membro Titular, representante dos servidores do Ministério
Público.**

Gleyssiane Maria Santana dos Reis: _____
Secretária do Conselho

fi